

# Convênio de galpões será investigado

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento investigará o convênio entre o Governo do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) e o Ministério da Ação Social, para a construção de galpões profissionalizantes. O convênio foi assinado com data de 31 de dezembro de 1990, antes de o governador tomar posse. Ontem, o secretário da Fazenda do DF, Everardo Maciel, afirmou que o convênio foi efetivamente assinado em 6 de fevereiro de 1991 com data retroativa para aproveitar verbas orçamentárias de 1990. Mas o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) descobriu que Paulo Zimbres, que assina o contrato como presidente da Codeplan, saíra em 21 de janeiro.

A Codeplan contratou para a construção dos galpões, sem lici-

tação, a Fundação Fraternidade Essência do Brasil. O dinheiro liberado para a construção, Cr\$ 208,9 mil (valores da época), foi repassado à Fundação em 5 de abril de 1991. Metade desse valor foi dado como adiantamento. Não foi feita licitação com base em um documento da Associação Comercial do Distrito Federal, que dá exclusividade à entidade para "fornecimento, montagem e construção de casas, pré-moduladas, escolas, creches, asilos para idosos".

Augusto Carvalho levantou também um termo de compromisso, assinado em 6 de fevereiro pelo governador e a ex-ministra Margarida Procópio, no qual o Ministério da Ação Social doa para o Governo do DF 55 estruturas metálicas.